

# **Gebbras Participações Ltda.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2021 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Gebbras Participações Ltda.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Gebbras Participações Ltda. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gebbras Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva  
Contador  
CRC nº 1 RS 074562/O-3

GEBBRAS PARTICIPAÇÕES LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020	PASSIVO	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	55.590	41.544	Fornecedores		27	30
Outras contas a receber		-	866	Obrigações trabalhistas		273	260
Tributos a recuperar		1.285	888	Obrigações tributárias		33	22
Adiantamento a fornecedores		6	5	Outras contas a pagar		6	7
Total do ativo circulante		<u>56.881</u>	<u>43.303</u>	Total do passivo circulante		<u>339</u>	<u>319</u>
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Cauções e depósitos		10	10	Mútuo com partes relacionadas	6.a	353.473	455.778
Dividendos propostos a receber	5.c	28.329	29.796	Obrigações tributárias		1.078	1.217
Imobilizado		2	3	Total do passivo não circulante		<u>354.551</u>	<u>456.995</u>
Investimentos	5.a	475.889	519.006	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		<u>504.230</u>	<u>548.815</u>	Capital social	8.a	190.200	190.200
Total do ativo		<u><u>561.111</u></u>	<u><u>592.118</u></u>	Prejuízos acumulados		-	(55.396)
				Reservas de lucros		16.021	-
				Total do patrimônio líquido		<u>206.221</u>	<u>134.804</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>561.111</u></u>	<u><u>592.118</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GEBBRAS PARTICIPAÇÕES LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Em milhares de Reais)

---

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Equivalência patrimonial	5.b	111.435	26.085
Outras receitas	9	510	14.785
Lucro bruto		<hr/> 111.945	<hr/> 40.870
Despesas administrativas			
Despesas gerais e administrativas	11	(2.852)	(2.690)
Total das despesas administrativas		<hr/> (2.852)	<hr/> (2.690)
Resultado financeiro líquido	10	<hr/> (37.676)	<hr/> (83.104)
(Prejuízo)/Lucro líquido do Exercício por Cota		<hr/> <hr/> 71.417	<hr/> <hr/> (44.924)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

GEBBRAS PARTICIPAÇÕES LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

*(Em milhares de Reais)*

---

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	71.417	(44.924)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente dos exercícios	<u>71.417</u>	<u>- 44.924</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

GEBBRAS PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

*(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.a	<u>190.200</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.472)</u>	<u>179.728</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(44.924)	(44.924)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.a	<u>190.200</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(55.396)</u>	<u>134.804</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	71.417	71.417
Destinação do resultado do exercício						
Constituição da reserva legal		-	801	-	(801)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	15.220	(15.220)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.a	<u>190.200</u>	<u>801</u>	<u>15.220</u>	<u>-</u>	<u>206.221</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



GEBBRAS PARTICIPAÇÕES LTDA.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

*(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido (Prejuízo) do Exercício		71.417	(44.924)
Ajustes em:			
Juros sobre mútuos	10	22.394	23.318
Variação cambial sobre mútuos	10	21.283	61.798
Equivalência patrimonial	5.b	(111.435)	(26.085)
Depreciação		1	1
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Tributos a recuperar		(397)	(85)
Adiantamento a fornecedores		(1)	-
Outras contas a receber		866	(866)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(3)	26
Obrigações tributárias		11	(37)
Obrigações trabalhistas		13	22
Outras contas a pagar		-	1
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.149	13.169
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Redução de capital das investidas em conjunto	5.b	123.980	-
Dividendos recebidos	5.c	32.038	24.735
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		156.018	24.735
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal de mútuos com partes relacionadas	6.a	(123.172)	-
Pagamento de juros de mútuos com partes relacionadas	6.a	(22.949)	(25.515)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(146.121)	(25.515)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		14.046	12.389
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	41.544	29.155
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	55.590	41.544
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		14.046	12.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

### 1.1. Contexto operacional

A Gebbras Participações Ltda. (“Gebbras” ou “Empresa”) é uma sociedade limitada sediada na cidade de Santo André, no Estado de São Paulo, constituída em 13 de abril de 2015 e controlada pelo Grupo Energia Bogotá S.A. E.S.P., com sede na Colômbia. Tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza.

Em 21 de agosto de 2015, a Gebbras adquiriu a participação societária de 51% das transmissoras de energia elétrica brasileiras: Transenergia Renovável S.A. (“TER”), Transenergia São Paulo S.A. (“TSP”), Goiás Transmissão S.A. (“GOT”) e MGE Transmissão S.A. (“MGE”).

A Administração entende que possui controle conjunto evidenciado pelo acordo de acionistas e por sua representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas, bem como na participação nos processos de elaboração de políticas administrativas/financeiras e aprovações de orçamentos, mas não tem o controle total e, portanto, não consolida as demonstrações financeiras das transmissoras.

### 1.2. Coronavírus (“COVID-19”)

#### (a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID - 19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

(b) Medidas de assistência governamental adotadas pela Companhia

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as seguintes, que foram adotadas pelas investidas em conjunto:

- (i) Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, relativos às competências março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020;
- (ii) Adesão à suspensão, por prazo de seis meses, do pagamento das parcelas vincendas de 15 de junho de 2020 até 15 de novembro de 2020 do empréstimo junto ao BNDES.

As investidas da Companhia não adotaram nenhuma nova medida em 2021, além das citadas acima.

(c) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia decidiu adotar o teletrabalho para seus colaboradores, cujas atividades sejam compatíveis com essa modalidade de trabalho para evitar deslocamentos e potencial risco de contágio.

(d) Impactos nas demonstrações financeiras

Os possíveis impactos do COVID-19 divulgados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram baseados nas melhores estimativas da Administração e estão limitados aos últimos dias de janeiro de 2022. Esses eventos poderão afetar temporariamente os resultados dos negócios em 2022, porém, caso isto ocorra, haverá gradualmente um retorno previsível à normalidade, de modo que não são esperados impactos significativos quanto à recuperabilidade dos investimentos nos negócios no longo prazo da Companhia.

Com base nessas premissas, a Companhia revisitou suas bases orçamentárias e não observou impactos projetados relevantes durante o exercício de 2022.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2021, avaliamos a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa em continuar operando.

## 2.2. Data de aprovação das demonstrações financeiras

A aprovação das demonstrações financeiras pela Administração ocorreu em 26 de janeiro de 2022.

## 2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

### a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência.

### b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

### c. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

*Custo amortizado*

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros da Empresa, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e equivalentes de caixa”, “Outras contas a receber” e “Dividendos propostos a receber”.

*Valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Aplicações financeiras”.

(ii) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros da Empresa classificados nesta categoria compreendiam “Outras contas a pagar”, “Fornecedores” e “Mútuos”.

d. Redução ao valor recuperável de ativos

A cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Empresa não identificou perda por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecida nos exercícios apresentados.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

f. Investimentos

Os investimentos da Empresa são avaliados com base no método da equivalência patrimonial para fins das informações financeiras da investidora. Esses investimentos compreendem empreendimentos controlados em conjunto.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da investidora pelo custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas investidas.

A participação societária nas investidas é apresentada na demonstração do resultado da investidora como resultado de equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das investidoras.

As informações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Empresa. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Empresa e suas investidas.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Empresa e suas investidas determinam se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Empresa.

g. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros com aplicações financeiras e variações cambiais ativas.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros por atraso, variação cambial passiva e juros sobre os contratos de mútuos.

j. Imposto de renda e contribuição social

A Empresa adota o regime de tributação pelo Lucro Real, e o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto e a contribuição social corrente a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício consideram as taxas de imposto e contribuição vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base na aplicação das mesmas alíquotas mencionadas e decorrem de receitas temporariamente não tributadas para efeito de imposto de renda e contribuição social e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

k. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

A Empresa classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de recursos financeiros.

l. Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2021

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 48/ IFRS 9, CPC 38/ IAS 39, CPC 40 (R1)/ IFRS 7, CPC 11/ IFRS 4 e CPC 06 (R2)/ IFRS 16	Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2	01/01/2021

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 (R1)/ IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao CPC 37 (R1)/ IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2)/ IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.



## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bancos	27.090	11.002
Aplicações financeiras (i)	<u>28.500</u>	<u>30.542</u>
Total	<u>55.590</u>	<u>41.544</u>

(i) Compreende aplicações financeiras de liquidez imediata que são conversíveis em um montante conhecido de caixa em até 90 dias e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, apresentando a seguinte composição:

Instituição financeira	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Banco Santander S.A.	98,5% CDI	<u>28.500</u>	<u>30.542</u>
Total		<u>28.500</u>	<u>30.542</u>

As aplicações financeiras estão avaliadas ao valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras no Banco Santander S.A. correspondem a CDB's com compromisso de recompra e rendem, em média, 98,5% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

## 5. INVESTIMENTOS

## Aquisição de controle conjunto

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, em 21 de agosto de 2015, a Gebbras adquiriu a participação societária de 51% das transmissoras de energia elétrica brasileiras: Transenergia Renovável S.A. ("TER"), Transenergia São Paulo S.A. ("TSP"), Goiás Transmissão S.A. ("GOT") e MGE Transmissão S.A. ("MGE").

Principais aspectos das controladas em conjuntoTER

A Transenergia Renovável S.A. ("TER") foi constituída em 18 de dezembro de 2008 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Gebbras Participações Ltda., vencedor do Lote C do Leilão nº 008/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 009/2009, pelo prazo de 30 anos. O valor anual definido para a RAP, no ciclo 2019-2020, é de R\$ 65.279, incluindo os impostos reembolsáveis.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a TER é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão e subestações localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com o objetivo de escoar a energia excedente dos processos de cogeração de sete usinas de açúcar e álcool presentes na região.

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$123.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento em 15 de junho de 2033.

Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 3.664 de 23 de dezembro de 2020, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) distribuição de dividendos aos Acionistas.

#### TSP

A Transenergia São Paulo S.A. ("TSP") foi constituída em 8 de julho de 2009, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A e Gebbras Participações Ltda., vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 001/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 024/2009, pelo prazo de 30 anos. O valor anual definido para a RAP, no ciclo 2019-2020, é de R\$ 22.128, incluindo os impostos reembolsáveis.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a TSP é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção das instalações de transmissão localizadas no Estado de São Paulo.

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$112.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento em 15 de junho de 2033.

Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 3.522 de 14 de dezembro de 2020, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) distribuição de dividendos aos Acionistas.

#### GOT

A Goiás Transmissão S.A. ("GOT") foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Gebbras Participações Ltda., vencedor do Lote A do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 002/2010, pelo prazo de 30 anos. O valor anual definido para a RAP, no ciclo 2019-2020, é de R\$ 64.043, incluindo os impostos reembolsáveis.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a GOT é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão localizadas no Estado de Goiás.

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$325.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento em 15 de junho de 2033.

Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES e FCO, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 31, de 07 de janeiro de 2021, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) distribuição de dividendos aos Acionistas.

### MGE

A MGE Transmissão S.A. ("MGE") foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Gebbras Participações Ltda., vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009 para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 008/2010, pelo prazo de 30 anos. O valor anual definido para a RAP, no ciclo 2019-2020, é de R\$ 38.160, incluindo os impostos reembolsáveis.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a MGE é responsável pela construção, operação e manutenção de linhas de transmissão localizados nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

#### a. Participação em controladas em conjunto

31/12/2021									
Informações sobre as controladas em conjunto							Informações sobre o investimento da Controladora		
Controladas em conjunto	%	Nº ações detidas/mil	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Transenergia Renovável S.A.	51	112.506	158.600	336.158	150.797	185.361	29.521	15.056	94.534
Transenergia São Paulo S.A.	51	37.638	33.800	220.394	134.289	86.105	21.964	11.202	43.914
Goiás Transmissão S.A.	51	160.749	174.095	734.596	399.216	335.380	90.953	46.386	171.044
Mge Transmissão S.A.	51	141.898	278.232	483.752	157.483	326.269	76.061	38.791	166.397
<b>Total</b>								<b>111.435</b>	<b>475.889</b>

  

31/12/2020									
Informações sobre as controladas em conjunto							Informações sobre o investimento da Controladora		
Controladas em conjunto	%	Nº ações detidas/mil	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Transenergia Renovável S.A.	51	112.506	220.600	342.714	117.863	224.851	20.242	10.323	114.674
Transenergia São Paulo S.A.	51	37.638	73.800	197.646	77.136	120.510	12.107	6.175	61.460
Goiás Transmissão S.A.	51	160.749	315.195	637.361	230.233	407.128	20.263	10.333	207.635
Mge Transmissão S.A.	51	141.898	278.232	419.269	154.099	265.170	(1.464)	(746)	135.237
<b>Total</b>								<b>26.085</b>	<b>519.006</b>

## b. Movimentação do investimento

Controladas em conjunto	Saldo em 2020	Dividendos	Redução de Capital nas investidas	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2021
Transenergia Renovável S.A.	114.674	(3.576)	(31.620)	15.056	94.534
Transenergia São Paulo S.A.	61.460	(8.348)	(20.400)	11.202	43.914
Goiás Transmissão S.A.	207.635	(11.017)	(71.960)	46.386	171.044
Mge Transmissão S.A.	135.237	(7.631)	-	38.791	166.397
<b>Total</b>	<b>519.006</b>	<b>(30.572)</b>	<b>(123.980)</b>	<b>111.435</b>	<b>475.889</b>

## c. Dividendos propostos a receber

Controladas em conjunto	Saldo em 2020	Dividendos Propostos	Dividendos Recebidos	Saldo em 2021
Transenergia Renovável S.A.	109	3.576	(110)	3.575
Transenergia São Paulo S.A.	15.364	8.348	(20.910)	2.802
Goiás Transmissão S.A.	8.476	11.017	(8.468)	11.025
Mge Transmissão S.A.	5.847	7.631	(2.550)	10.927
<b>Total</b>	<b>29.796</b>	<b>30.572</b>	<b>(32.038)</b>	<b>28.329</b>

## 6. PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, empresas coligadas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

## a. Transações com mútuos

Mutuante	31/12/2021				31/12/2020			
	Passivo		Resultado		Passivo		Resultado	
	Circulante	Não circulante	Juros	Variação cambial	Circulante	Não circulante	Juros	Variação cambial
Empresa de Energia de Bogotá S.A. E.S.P (i)	-	180.589	(15.734)	-	-	180.589	(15.734)	-
Grupo Energia de Bogotá (ii)	-	173.962	(6.660)	(21.283)	-	276.406	(7.584)	(61.798)
IRRF	-	(1.078)	-	-	-	(1.217)	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>353.473</b>	<b>(22.394)</b>	<b>(21.283)</b>	<b>-</b>	<b>455.778</b>	<b>(23.318)</b>	<b>(61.798)</b>

(i) Atualização pela taxa de 9% a.a. com vencimento em parcela única em 19 de agosto de 2031.

(ii) Atualizado pela taxa Libor 6M + 1,95% com vencimento em 08 de agosto de 2023.

O item (ii) refere-se à empréstimos em dólares.

A movimentação dos empréstimos com mútuo está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>396.052</u>
Provisões de juros	23.318
Variação cambial	61.798
Juros pagos	(25.515)
Imposto de renda retido	<u>125</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>455.778</u>
Provisões de juros	22.394
Variação cambial	21.283
Juros pagos	(22.949)
Amortização de principal	(123.172)
Imposto de renda retido	<u>139</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u><u>353.473</u></u>

b. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração dos administradores (pessoal-chave) totalizou R\$ 1.213 (1.130 em 2020), sendo registrada como despesas administrativas no resultado.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Remuneração	(838)	(783)
Encargos	(296)	(274)
Benefícios – Plano de saúde	<u>(79)</u>	<u>(73)</u>
Total	<u><u>(1.213)</u></u>	<u><u>(1.130)</u></u>

7. CONTINGÊNCIAS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foi constituída provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e/ou divulgada, em face da inexistência de litígios em andamento, conforme opinião dos consultores jurídicos contratados pela Administração.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Gebbras, subscrito e integralizado, está representado por R\$ 190.200, dividido em 190.200.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas aos quotistas:

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<u>Nº de quotas</u>	<u>Valor</u>	<u>Nº de quotas</u>	<u>Valor</u>
Cotista				
Grupo Energia de Bogotá S.A.	190.199.999	190.200	190.199.999	190.200
Marcos Diez	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>
Total	<u>190.200.000</u>	<u>190.200</u>	<u>190.200.000</u>	<u>190.200</u>

## 9. OUTRAS RECEITAS

Refere-se à indenização contratual prevista na cláusula 7.1 do contrato de compra e venda das ações, das investidas em conjunto, que prevê a obrigação de indenização em caso de desembolso ocorrido nas investidas decorrente de eventos anteriores à data de aquisição das ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi reconhecido o montante de R\$ 510 à título de indenizações.

## 10. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Rendimento de aplicação financeira (i)	1.976	309
Variação cambial ativa sobre conta corrente (ii)	5.738	2.963
Variação cambial ativa sobre mútuos	42.986	44.970
Outras receitas financeiras	<u>66</u>	<u>-</u>
Receitas financeiras	<u>50.766</u>	<u>48.242</u>
Variação cambial passiva sobre mútuos	(64.269)	(106.768)
Variação cambial passiva sobre conta corrente (ii)	(1.321)	(1.215)
Juros sobre mútuos	(22.394)	(23.318)
IOF	(453)	(38)
Despesas bancárias	<u>(5)</u>	<u>(7)</u>
Despesas financeiras	<u>(88.442)</u>	<u>(131.346)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(37.676)</u>	<u>(83.104)</u>

- (i) Os rendimentos de aplicação financeira, referem-se à aplicações de liquidez imediata e estão classificadas como equivalentes de caixa.
- (ii) As variações cambiais referem-se a depósitos mantidos em conta corrente no Banco Santander NY e estão classificados como equivalentes de caixa.

## 11. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Remuneração dos administradores	(1.213)	(1.130)
Serviços de terceiros	(1.147)	(1.333)
Viagens e estadias	(119)	(47)
Aluguel de Imóveis	(134)	(114)
Outras despesas	<u>(239)</u>	<u>(66)</u>
Total	<u>(2.852)</u>	<u>(2.690)</u>

## 12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

## a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	55.590
Dividendos propostos a receber	Custo amortizado	28.329
		<u>83.919</u>
Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09
Fornecedores	Custo amortizado	27
Mútuo	Custo amortizado	353.473
Outras contas a pagar	Custo amortizado	6
		<u>353.506</u>
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	41.544
Outras contas a receber	Custo amortizado	866
Dividendos propostos a receber	Custo amortizado	30.227
		<u>72.637</u>
Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09
Fornecedores	Custo amortizado	30
Mútuo	Custo amortizado	455.778
Outras contas a pagar	Custo amortizado	7
		<u>455.815</u>

## b. Gerenciamento de riscos

A Empresa está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

*Risco de crédito*

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas em razão de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e a estratégia definidas pela Administração.

*Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na Administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

*Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetarem os ganhos da Empresa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

*(i) Riscos relacionados às taxas de câmbio*

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Empresa para aquisição de capital de giro com suas partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos para proteger suas operações em moeda estrangeira e apresentou a seguinte exposição em 31 de dezembro de 2021:

	<u>31/12/2021 (U\$)</u>	<u>31/12/2021 (R\$)</u>
Recebíveis em Dólar (*)	4.848	27.056
Obrigações em Dólar (*)	<u>(31.400)</u>	<u>(175.227)</u>
Exposição do Dólar	<u>(26.552)</u>	<u>(148.171)</u>

(\*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

*(ii) Riscos relacionados à taxa de juros*

Na Empresa, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (Libor).

## c. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros e nas taxas de câmbio

As operações da Empresa são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI, do Libor e do Dólar.



Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (mútuos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros/câmbio foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2021, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI, Libor e Dólar, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas informadas no *site* do Banco Central e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e/ou uma redução de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		4,42	3,32	2,21
Aplicações financeiras		28.500			
Remuneração estimada			1.260	946	630
Efeitos no resultado				(314)	(630)

(\*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Libor 6M (%)	Aumento da Libor		2,1054	2,6318	3,1581
Empréstimos a Libor (**)		173.961	176.624	178.539	178.455
Juros estimados			(3.663)	(4.578)	(5.494)
Efeitos no resultado				(915)	(1.831)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Ativos em dólar		27.056
Passivos em dólar		173.961
Passivo líquido em dólar		146.905

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Dólar	Aumento do dólar		5,5805	6,9756	8,3708
Passivo líquido em dólar		146.961	146.961	183.700	220.443
Variação cambial estimada				(36.739)	(73.482)

(\*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil – BACEN

(\*\*) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$ 180.589

Marcos Diez  
Representante Legal

Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S  
Leandro Borges Jordão  
Contador  
CRC GO-001605/O

---